

A FABRILJUTA E OS ELEMENTOS QUE CONSTITUÍRAM A SUA INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO NA CIDADE DE PARINTINS ENTRE 1960 A 1980

FABRILJUTA AND THE ELEMENTS THAT MADE UP ITS INSTALLATION AND OPERATION IN THE CITY OF PARINTINS BETWEEN 1960 AND 1980



MATHEUS RODRIGUES DA SILVA¹⁸

Resumo

A Companhia de Juta Parintins - Fabriljuta foi uma fábrica têxtil de fios de juta que atuou na cidade de Parintins durante as décadas de 1960 até início de 1980. Desse modo é necessário problematizar o contexto que envolve a produção da juta na região amazônica e a chegada do capital que modificaria as cidades produtoras provocando os motivos para instalações de indústrias de tecelagem de juta na região do Baixo-Amazonas. Através de uma revisão bibliográfica o objetivo desse artigo é fazer uma relação entre a trajetória histórica da economia da juta e os indicadores que levaram a criação de uma companhia de tecelagem de fios de juta na região do Baixo-Amazonas. O nome Fabriljuta virou sinônimo de exaltação para a cidade de Parintins como uma referência ao auge da cultura da juta, entretanto ainda há lacunas a respeito do seu processo de instalação e a escolha de Parintins para ser a sede desse o empreendimento, fazendo parte de um recorte de pesquisa de mestrado que envolve as experiências e memórias de seus trabalhadores, esse artigo pretende delimitar o percurso histórico desse empreendimento.

Palavras-chave: Fabriljuta; produção da juta; Parintins; economia do Amazonas.

Abstract

Companhia de Juta Parintins - Fabriljuta was a jute textile factory that operated in the city of Parintins from the 1960s to the early 1980s. It is therefore necessary to problematize the context surrounding the production of jute in the Amazon region and the arrival of capital, which would change the producing cities, giving rise to the reasons for the installation of jute weaving industries in the Lower Amazon region. Through a bibliographical review, the aim of this article is to relate the historical trajectory of the jute economy and the indicators that led to the creation of a jute yarn weaving company in the Lower Amazon region. The name Fabriljuta has become synonymous with the city of Parintins as a reference to the heyday of jute culture. However, there are still gaps regarding its installation process and the choice of Parintins to be the headquarters of this enterprise. As part of a master's research project involving the experiences and memories of its workers, this article aims to delimit the historical path of this enterprise.

Keywords: Fabriljuta; jute production; Parintins; Amazonas economy.

¹⁸ Licenciado em História pela Universidade do Estado do Amazonas (2020). Especialista em Docência para Educação Profissional e Tecnológica pelo Instituto Federal do Amazonas-IFAM. E-mail: matheuskarl895@gmail.com.



Introdução

Parintins teve uma única experiência fabril em toda a sua história, a Companhia de juta Parintins – Fabriljuta uma fábrica de médio porte que atuou na cidade, apontada como uma referência para as transformações sociais e econômicas no âmbito local e regional, entre os anos de 1960 a 1980, período no qual o empreendimento funcionou. Este ensaio evidencia o processo sócio-histórico e socioeconômico da produção da juta¹⁹ junto ao plano de desenvolvimento para a Amazônia, dessa forma podemos problematizar o motivo da escolha de Parintins para receber uma indústria de beneficiamento de fios de juta?

No Jornal do Comércio do Amazonas²⁰, em 1966, a Fabriljuta era apresentada no setor de informação como um empreendimento estratégico para a Amazônia legal, indicando que Parintins naquele momento tornou-se o *habitat* da planta de juta, a cidade era responsável por 37% da produção da fibra na região. O intuito era chamar atenção SPVEA – Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cujo interesse em investir em uma fábrica de fios de juta estava em processo de planejamento por meio do ofício 252/66 – CD de 08/07/1966 que a considerava o incremento da juta importante para o desenvolvimento regional. O anúncio tinha como objetivo garantir isenção fiscal para o empreendimento e acumulação do capital necessário para a construção da fábrica.

Nesse sentido, a entrada de capital na região norte está relacionada ao gerenciamento por parte do Estado para os setores produtivos, e possibilitou a criação de fábricas de tecelagem de fios de juta. A implementação desses planos de valorização que chegariam às pequenas cidades como Parintins, seguiram de acordo com o fluxo de capital destinado para a Amazônia.

Martins (2009), ao problematizar o movimento de ocupação e integração por meio da questão agrária na Amazônia a partir das décadas de 1950-60, destaca o conceito de frente pioneira e frente de expansão sobre as fronteiras do norte, tendo o caráter de deslocamento populacional. A imposição ideológica e geopolítica do Estado, além do

¹⁹ Sobre espécie da juta (*corchoris capsularis L.*) faz parte da família *Tiliaceae*, tem a sua origem no Sudão-Egípcio, mas foi na região da bacia Ganges na Índia que se aclimatizou, iniciando o seu cultivo e produção. Na Amazônia a juta se adaptou a ação do clima e aos períodos de cheia e vazantes dos rios por meio das transferências de tecnologia da produção pelos imigrantes japoneses a partir de 1934 (LIBONATI, Virgílio Ferreira. A juta na Amazônia. Boletim Técnico. IAN, Belém, PA, n. 34, 1958, p. 09-13).

²⁰ Companhia Fabril de Juta Parintins. Avisos Importantes. **Jornal do Comércio do Amazonas**. Manaus, quarta-feira 7 setembros de 1966. p. 5. Edição 19190. Disponível em <http://www.memória.bn.br>. Acesso: 28 de out. 2023.



abrupto avanço do capital na Amazônia na segunda metade de século XX inicialmente se deu por meio das atividades agropecuárias. O objetivo era de implementar a ideia de “modernização” a todo custo sobre os lugares considerados “vazios”, “atrasados”, procedendo nas modificações regionais no âmbito das relações sociais, econômicas e políticas, afetando tanto o campo quanto a cidade, onde as formas de exploração capitalista e pré-capitalistas começam a ser organizadas e reorganizadas com base nas especificidades do território amazônico. A chamada “Marcha” para o Oeste e Norte se iniciaria por meio de um processo lento a partir das décadas de 50 e que seria acelerada no regime civil-militar na década de 1970.

Parintins está localizada na margem esquerda do rio Amazonas 368,80 km em linha reta da capital Manaus, a cidade foi fundada em uma ilha chamada de Tupinambarana, e em 1960 possuía uma população de aproximadamente 27.525 habitantes. Entretanto, 75% da população da época estava na zona rural, onde a maioria dessa população dependia da produção da juta nas áreas de várzeas, além de outras culturas de subsistência, a zona urbana, mesmo em processo de expansão, concentrava apenas 25% da população da cidade (Souza, 2013).

Parintins se apresenta como uma cidade de pequeno porte e com uma população praticamente rural. Seria sua posição geográfica e a expectativa de uma população economicamente ativa o fator para instalação da companhia na cidade?

A fábrica é vista muitas vezes com saudosismo, mas sua real importância deve ser problematizada a partir do processo de desenvolvimento da economia da juta, já que não durou tanto tempo, e não haveria outra para substituí-la. Seguindo uma revisão bibliográfica a respeito do tema, temos o seguinte problema: como o processo socioeconômico e político da Amazônia contribuiu para a instalação e funcionamento da Companhia de Juta Parintins – Fabriljuta?

Esteves (2015) aponta que a Fabriljuta se diferenciava em relação a outros empreendimentos na cidade por ter sido a única fábrica, tornando-a atraente para a população de Parintins e para todo o Baixo-Amazonas, possuindo uma linha de produção organizada dentro de uma lógica capitalista para produzir em larga escala, com a necessidade de atender a demanda por fios de juta. Nesse sentido, a cidade despertou o interesse do capital que começava a ser introduzido na região amazônica na segunda metade do século XX.

Para problematizar esse interesse do capital em instalar uma fábrica que organizaria uma linha de produção fabril em Parintins, será necessário analisar primeiramente como a



economia da juta foi sendo estruturada para que o processo de instalação dessa indústria têxtil pudesse ocorrer, destacando os planos iniciais para atender uma demanda por sacos de fios de juta as quais se vincularam aos planos de integração e desenvolvimento da Amazônia, gerenciados por instituições estatais, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE e o Banco da Amazônia (BASA), com a sua linha de crédito e financiamento supervisionados primeiramente através da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e, por fim, pela Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), ambas atuariam em momentos distintos, mas possuíam o mesmo objetivo de ampliar a integração e o desenvolvimento da região.

Esse recorte temporal de 1960 a 1970 é apontado como a quarta construção de uma narrativa sobre a Amazônia, quando os grandes projetos de desenvolvimento para a região são iniciados, gerando grandes transformações culturais, sociais e econômicas (Pizarro, 2012, p. 166).

Em seguida, será destacado os elementos que indicariam a importância da Fabriljuta para a economia do Amazonas, e como o Estado, na esfera nacional e regional, contribuiu para estimular a cadeia de produção da juta, incentivando a expansão da indústria têxtil nas regiões produtoras, impulsionando as políticas econômicas destinadas a esse setor específico, no qual o Amazonas se tornaria um grande produtor, atraindo investimentos para criação de fábricas de beneficiamentos de fios de juta que ocorriam antes mesmo da instalação da Zona Franca de Manaus.

A economia da juta e o processo para a instalação de uma indústria têxtil em Parintins

A necessidade dos sacos de juta para o mercado cafeeiro

Ao destacar o processo histórico da indústria de tecelagem de fios de juta, Matos (1996) esclarece que sob a luz da produção e exportação do café surgiu a necessidade de importar juta para produção de sacas. A partir desse fator, conforme a autora, as primeiras indústrias têxteis de fios de juta surgem no Brasil no final do século XIX e início de XX, resultante do capital produzido pela exportação do café e mobilização da mão de obra.

Os entraves para a produção em larga escala dessa cultura seria seu condicionamento a uma economia suplementar que não disputasse a mão de obra necessária para a produção do café, além da dificuldade de aclimatização, que levou a depender da importação. No período do Estado Novo, o governo de Getúlio Vargas a



pedido dos produtores de café, começa a se preocupar com a autossuficiência na produção de juta para não mais depender da importação da matéria prima da Índia (Homma, 2016).

Para suprir essa demanda de sacaria, existia um parque de aniagem dependente de grandes importações de juta-indiana. Para contornar essa dependência da sacaria de juta-indiana controlada pelos ingleses, os industriais paulistas e grandes produtores ligados à cafeicultura tomaram a decisão de montar indústrias para o beneficiamento da fibra de juta ou de congêneres e o seu plantio no País. Essas tentativas antes do sucesso comercial da juta em Parintins (1937) se concentraram no Estado de São Paulo (Homma, 2016, p. 78).

A demanda por fios de juta acontece perante a necessidade dos produtores de café por sacas, a Índia era a maior exportadora da matéria prima na época, e o mercado brasileiro era dependente das importações. Segundo Homma (2016), além de São Paulo, outros Estado como Espírito Santos e Amapá tentaram iniciar a produção de juta, mas não obtiveram sucesso em produzir em larga escala. Apenas Amazonas e Pará conseguiriam produzir juta e malva suficiente para atender o mercado nacional.

Ferreira (2016) esclarece que houve várias tentativas anteriores a 1930 de se criar uma cadeia de produção de juta em São Paulo, além de tentar substituí-la por malva e outros derivados de fios. Porém o principal fator, conforme o autor ao refletir sobre os motivos que levaria ao declínio desse empreendimento na região Sudeste, seria a falta de mão de obra e a existência de produções agrícolas mais rentáveis levando ao fracasso da empreitada.

Seria na Amazônia que a produção da juta encontraria rentabilidade e mão de obra necessária para o seu desenvolvimento, por se encontrar estagnada economicamente devido ao declínio da borracha e a procura por sua substituição como principal atividade econômica.

Em 1929 iniciou-se de maneira efetiva e com resultados produtivos a aclimatização da juta no Amazonas. O empreendimento foi a princípio patrocinado por industriais de aniagem japoneses, que mandaram num primeiro momento uma missão de estudos para a região. Uma vez comprovadas as possibilidades, incentivaram a colonização japonesa voltada para o plantio da juta. As primeiras experiências ocorreram em Parintins e em 1930 foi fundada a Cia. Industrial Amazonense S.A., mas a cultura só se expandiria com o sucesso a partir de 1935, com o envolvimento dos industriais paulistas (Matos, 1996, p. 214).

De acordo com Matos (1996), seria na Amazônia que a produção da juta se desenvolveria com auxílio dos imigrantes japoneses, entretanto, com relação e interesse diretos dos produtores de café na década de 1930, apontados como financiadores do empreendimento naquele decênio.



Porém, Homma (2009) esclarece que foram os investimentos de Estado para Estado entre Brasil e Japão, que resultaria em políticas de implementação da cadeia produtiva da juta por meio de formação de colônias agrícolas japonesas e não seria o capital dos produtores de café o principal estimulador da cadeia produtiva da juta.

Para entender a introdução da economia da juta é necessário apresentar o contexto Amazônico e as políticas regionais para o desenvolvimento da região, que resultaria na organização da cadeia produtiva da matéria prima e na instalação de uma indústria têxtil na cidade de Parintins.

A introdução da economia da Juta na Amazônia

A saída do capital da Amazônia após o primeiro período da borracha, resultando no empobrecimento da população entre os anos de 1920 e 1940, sendo a economia de subsistência e extrativismo as únicas atividades econômicas na região (Santos *et al.*, 2015, p. 187). A mudança desse cenário se deve à chegada dos japoneses na Amazônia.

Ferreira (2016, p. 147) elucida que “o primeiro fator que possibilitou o êxito da cultura da juta foi o processo de imigração japonesa que ocorreu em Parintins nas décadas de 30”, os imigrantes japoneses eram vistos pelos grupos políticos regionais como a solução para ocupar as terras amazônicas consideradas “vazias”. Os imigrantes japoneses teriam benefícios políticos e fiscais até o início da Segunda Guerra Mundial, graças aos vários acordos internacionais entre Brasil e Japão que garantiam concessões de terras para a criação de colônias agrícolas japonesas na Amazônia e investimentos diretos de Estado para Estado para incentivar o desenvolvimento das terras ocupadas, “no dia 11 de março de 1927, foi assinado, em Manaus, o contrato de doação de terras destinadas à imigração japonesa no estado do Amazonas, feito pelo governador Ephigênio Salles” (Ferreira, 2016, p. 155).

A imigração japonesa para o Amazonas tem como marco a fundação da vila Amazônia no final da década de 1920, que resultou na fundação de colônias e transferência de tecnologias para produção agrícola (Benchimol, 2009). Os imigrantes conseguiram terras, construíram escolas e organizaram pesquisas sobre a terra que estavam ocupando, iniciando as primeiras plantações de juta.

Todavia o processo de climatização e produção não ocorreria de forma rápida, mas com diversos entraves políticos e econômicos dificultando o empreendimento da produção da juta por falta de capital necessário para a consolidação dessa economia na Amazônia. Contudo Ryota Oyama e Yoshimo Nkauchi obtiveram sucesso.



Ryota Oyama juntamente com o seu vizinho Yoshimo Nakauchi fizeram as primeiras sementeiras e plantações, produzindo em 1937, cerca de dez toneladas de fibra lavada da melhor qualidade. Em 1935, o sr. Uetsuka funda a companhia industrial Amazonas S.A., sob a gerência do Sr. Kotaro Tssuji, que começou a distribuir as sementes de novas variedades de juta nas plantações que, rapidamente, se expandiram nas áreas férteis várzeas do baixo e médio Amazonas (Benchimol, 2009, p. 468).

Como apontado pelo autor, o desenvolvimento da produção de juta no Amazonas se expande a partir das colônias agrícolas japonesas que iniciam a produção em larga escala. O impacto dessa produção resultou no avanço tecnológico para a plantação por parte dos japoneses, favorecendo a ampliação das áreas de cultivo por toda a região do Baixo-Amazonas, colocando em destaque a fundação de uma companhia industrial responsável pela distribuição das sementes. Ao relacionarmos o contexto da imigração japonesa e necessidade do mercado por fio de juta, vemos que a industrialização dessa fibra na região do Baixo-Amazonas se inicia muito antes da instalação da referida indústria têxtil.

Witikoski (2010) sobre a cultura da juta (*Corchorus capsularis L.*) confirma a introdução da matéria prima pelas colônias agrícolas japonesas na Vila Amazônia²¹, mas destaca como principal incentivador da empreitada o sr. Tsukasa Uyetsuka, responsável pela grande quantidade de terras no local e elaboração do plano de produção. Seguindo a mesma estrutura de plantio feita na Índia de colocar a juta nas margens dos rios. O local seria as regiões de várzeas, onde a mão de obra dessa localidade seria absorvida iniciando a economia da juta.

Porém, o contexto geopolítico se apresentou como uma barreira para o processo de consolidação da economia da juta, devido aos discursos nacionalista anti-japoneses no pré e pós Segunda Guerra Mundial, devido a aliança do Japão com a Itália e Alemanha, que restringiu o acesso às novas terras para os imigrantes no Brasil, além da falta de recursos para continuar o desenvolvimento da produção da fibra. O autor faz referência ao imigrante japonês Ryoto Oyama como principal responsável pela aclimatização e desenvolvimento da juta em 1934 (Ferreira, 2016).

O monopólio da produção de juta e sua industrialização seria tirado das mãos dos imigrantes japoneses devido às mudanças geopolíticas que estavam ocorrendo nos anos de 1940, “com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, os bens da Companhia Industrial

²¹ Nilciana Dinely de Souza, delimita geograficamente a região onde a produção da juta se iniciou em Parintins, “a comunidade de Vila Amazônia está localizada nas confluências do Rio Amazonas com a Boca do Paraná do Ramos, bem próximo à divisa do Estado do Pará, distante apenas 25 minutos em média por via fluvial do município” (2013, p. 39).



Amazonense – CIA²² foram confiscados pelo governo brasileiro e leiloados, sendo adquirido pela empresa J.G. Araújo Jorge” (Homma, 2016, p. 85).

Como parte do processo de expansão urbana e econômica, o período da juta é destacado por Souza (2013, p.13), “embora o projeto de colonização japonesa tenha sido frustrado pela Segunda Guerra, as características geomorfológicas do Município de Parintins se revelaram favoráveis ao circuito da Juta, que dominou a economia por mais de 50 anos”. O desenvolvimento regional nesse sentido perpassa por várias transformações socioeconômicas com políticas voltadas para estruturar cadeias de produções que fossem consideradas rentáveis.

A colaboração dos imigrantes japoneses para o desenvolvimento agrícola contribuiu para o estabelecimento de indústrias de têxtil na região amazônica, prontamente que a “jucultura transformou a paisagem agrícola econômica e cultural da região e deu início ao sistema integrado de agrobusiness, ao se instalarem as fábricas de fiação e tecelagem de juta na Amazônia” (Benchimol, 2009, p. 48).

Industrialização da Juta

Ao longo do processo de consolidação da produção da juta na Amazônia, vários desafios se apresentaram, e os órgãos governamentais e a iniciativa privada se tornaram os principais expoentes para manter a sua produção e industrialização. Buscou-se criar uma cadeia produtiva que abrangesse desde a plantação a comercialização da manufatura dentro da região norte (Souza, 2008).

Conforme Ferreira (2016), a produção da juta ganha destaque quando o capital nacional começa a ser introduzido para a industrialização da fibra, junto à criação de fábricas de tecelagem após o declínio da empreitada agroindustrial japonesa na Amazônia. O autor assinala o declínio do monopólio japonês como ponto de partida para expansão econômica da juta, que desenvolveu uma cadeia industrial da matéria prima.

Sem dúvida a complexificação da cadeia da juta na Amazônia inicia-se com o advento da Segunda Guerra Mundial. O conflito pôs o fim ao projeto agroindustrial japonês foi também responsável pela entrada do capital nacional nesse segmento industrial, deslocando o eixo do mercado monopólico realizado primeiramente pela Companhia Industrial Amazonense e depois pela Companhia Brasileira de Fibras, para o mercado oligopsônico em função da competição entre os intermediários pela compra da matéria-prima, bem como, a implementação de novas fábricas no Estado do Amazonas e do Pará (Ferreira, 2016, p. 185.)

²² Companhia Industrial Amazonense – CIA era responsável pela distribuição de sementes e produção da fibra de juta na Vila Amazônia. Ver mais em: HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.



A nova dinâmica apresentada consistiu pela construção de uma linha de investimentos proporcionada pelos planos de valorização da Amazônia, cujo objetivo era desenvolver e integrar a região por meio de cadeias produtivas que despertariam o interesse do capitalismo. Homma (2009, p. 122) destaca que “o primeiro processo de agroindustrialização na Amazônia foi iniciado com o beneficiamento da fibra de juta com a instalação de fábricas de fiação e tecelagem em Castanhal, Belém, Santarém e Manaus”. É evidenciado pelo autor que seria as plantações de juta que sustentaria a economia do Amazonas no espaço de tempo entre a decadência da borracha a implementação da Zona Franca de Manaus – ZFM.

A Amazônia vinha ganhando posição em relação ao país todo, em termos de renda per capita, 42% em média, nos primeiros 5 anos da década de 50, 50% na primeira metade dos 60, declinando abruptamente para 43% no período de 1965 a 1969. Essa disparidade parece estar ligada a dois motivos: desempenho regional e excepcional impulso da economia brasileira (Batista, 2007, p. 269).

Segundo Batista (2007), ao problematizar o projeto de desenvolvimento da Amazônia, a fundação do Banco da Amazônia nos anos de 1940 (inicialmente como Banco de Crédito da Borracha) representou a primeira iniciativa para permitir acesso a linhas de créditos para o desenvolvimento regional. Inicialmente, era destinado aos investimentos para o segundo ciclo da borracha, porém, optou também por direcionar recursos para incentivar a produção industrial da região Sul e Sudeste, deixando de lado a cadeia produtiva da região Norte (Batista, 2007). A produção da juta – mesmo em expansão – não despertava, segundo o autor, o interesse inicial para se tornar uma base para a industrialização dos Estados produtores.

A expansão da cadeia de produção da juta acontece com o fim do segundo momento da borracha, Santos *et al* (2015, p. 188) elucida que “no final da Segunda Guerra Mundial coincide com o final do interesse internacional pela borracha da Amazônia, e a região então retornou ao isolamento e à economia de subsistência”, o que seria um dos fatores que levaria aos planos de valorização da Amazônia com a intervenção do Estado e a reformulação do Banco da Amazônia levando a investir em setores como economia, infraestrutura, formação técnica regional.

Tornou-se necessário arquitetar um processo de integração da Amazônia no pós Segunda Guerra Mundial, que começa a se concretizar a partir da ideia de ocupar a região norte que era considerada “vazia”, o deputado Leopoldo Peres de origem amazonense é o primeiro a pensar em um plano de valorização econômica por meio de um decreto,



“fixado no artigo 199 da constituição federal de 1946 a obrigação do Governo da União em aplicar na excussão o plano de valorização econômica da Amazônia[...]” (Benchimol, 2009, p. 481). A partir dessa determinação a região Norte e Nordeste receberiam incentivos monetários e fiscais, a ideia de desenvolver tinha clara pretensões de atender às elites regionais que buscavam novas formas de extrair riquezas após a segunda crise da borracha por meio do extrativismo, pecuária, recursos mineiros e instalações de indústrias.

Em 1950, o Banco da Amazônia (naquele momento chamado de Banco de Crédito da Amazônia S.A.), enquanto principal financiador para desenvolvimento da região, deixa de ser estritamente de auxílio creditício para se tornar um banco mercantil. Assumindo essa configuração, expandiu seus investimentos para a capitalização de produtos locais, direcionando-os para as produções que despertavam interesses econômicos no âmbito nacional, como por exemplo a juta e malva (Batista, 2007). Assim, a década de 1950 é indicada como marco do surgimento das primeiras fábricas de fiação no Norte do país.

Portanto, vários planos de valorização econômica para Amazônia seriam incrementados dos governos democráticos (a partir de 1946-1964) ao governo da ditadura civil-militar (1964-1985), sofrendo diversas alterações no direcionamento dos recursos perante a criação de instituições como Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), que seriam responsáveis por direcionar a economia do território amazônico com a criação de polos estratégicos que resultaria em investimentos em setores agrícola, agrário, mineral, extrativista e industrial (Benchimol, 2009).

Mudanças ocorrem entre a transição do governo civil para a ditadura civil-militar na década de 1960, conforme (Ferreira; Bastos 2016, p. 19-20) a diretriz da SPVEA é modificada durante o governo do presidente Castelo Branco, a superintendência não alcançou as metas para a Amazônia que era de acompanhar o ritmo desenvolvimento nacional, tendo seu nome mudando para Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). O foco desse momento ainda é continuar com o intuito de incrementar a região Amazônica por meio de incentivos fiscais que seriam os principais expoentes para atrair investimentos, além da estratégica política de ocupar a região militarmente para evitar invasões estrangeiras, esse projeto seria chamado de “Operação Amazônia” que levaria a mudanças nos planos de integração da região ao resto Brasil.



Entretanto, Mahar (1978) sinaliza que o processo de industrialização da Amazônia passaria por entraves referentes aos desafios dos órgãos como a SPVEA e a SUDAM para a formulação de um desenvolvimento econômico regional que fosse concreto e duradouro.

A indústria foi atraída com êxito para a Amazônia por meio de incentivos fiscais e creditícios, mas começou a ficar claro que o modelo de industrialização via substituição de importações tomado de empréstimos do Nordeste não poderia ser facilmente transferido para uma região de características tão marcadamente diferentes. Além de tudo, foi o ritmo de desenvolvimento de infraestrutura durante essa fase que ameaçou tolher ainda mais os esforços de para acelerar o crescimento econômico e ocupação da Amazônia. (Mahar, 1978, p. 47).

Em outras palavras, a industrialização para toda a região se apresentava como um desafio, pois, não garantia um desenvolvimento econômico contínuo e abrangente, estava estruturada às condições construídas dentro da conjuntura política de integração nacional da Amazônia nas décadas de 1960 e 1980. A integração regional não estava pautada no desenvolvimento humano da população regional, mas na implementação de condições estruturais e econômicas que possibilitasse atrair investimentos.

Essas projeções, entretanto, corroboraram para iniciar os primeiros estímulos feitos pelo Estado para a integração socioeconômica da região após o declínio do protagonismo nipônico na Amazônia, ao tornar evidente que a produção de juta começa a ganhar espaço quando o interesse nacional pela Amazônia se torna mais amplo, condicionando para as transformações econômicas, sociais e políticas que poderia indicar os motivos para a instalação de uma indústria de beneficiamento de fios de juta em uma cidade de pequeno porte como Parintins.

A Fabriljuta como um elemento no desenvolvimento regional

De acordo com Silva e Torres (2015) a Companhia Fabril de Juta Parintins – Fabriljuta, foi fundada em 1967 com o financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico com o apoio da SUDAM chegando a ter até 1.000 funcionários, com dois turnos diários fabricando telas e sacas de juta para o transporte de café destinado à exportação.

Parintins até os anos de 1960 era predominantemente rural, segundo Farias (2010, p. 18-19), e a produção agrícola da juta empregava boa parte dos trabalhadores, e devido



às práticas de aviamento²³ não recebiam o suficiente. Com o desenvolvimento cultural e econômico da produção de juta, houve mudanças importantes no município de Parintins, na década de 1960 é fundada a única fábrica da cidade que funcionaria até o início dos anos 1980.

Dentro desse contexto de migração interna e expansão da população urbana, Mahar (1978) evidencia a força de trabalho na Amazônia, problematizando a população regional e quantos eram de fato economicamente ativos, durante o período das políticas governamentais na década de 1970, a população estimada em torno de 7 milhões declinando para 3 milhões ao longo desse tempo, com os principais núcleos populacionais nas capitais e cidade médias localizadas nos mais importantes afluentes. O autor salienta que “durante os períodos censitários de 1940/50, 1950/1960 e 1960/70, a taxa de crescimento da população do Norte aproximou-se da taxa nacional ou ultrapassou-se literalmente” (Mahar, 1978, p. 52).

Todavia, esse aumento não refletiu no desenvolvimento da força produtiva naquele momento a ser dinamizada, mas criaria uma população improdutivo formada por jovens que se apresentaram como “empecilho” para o desenvolvimento regional. Contudo, o crescimento urbano não suplantava o crescimento rural, apesar de estar em expansão, “a população regional ainda continua a ser predominantemente rural, mas, acompanhando as tendências nacionais, a taxa de crescimento urbano foi superior ao dobro da taxa rural durante o período 1940/70” (Mahar, 1978, p. 52).

Dessa forma, o fluxo de mão de obra permaneceu atrelado a setores tradicionais.

[...] A absorção de mão-de-obra ocorrida limitou-se em geral a atividades de baixa produtividade, como Produtos de Madeira, Têxteis, Construção Civil e Serviços Pessoais. As perspectivas de emprego na Amazônia são por ora imprecisas e dependem em alto grau das prioridades governamentais. Não obstante, a ênfase dada à mineração e à criação extensiva de gado nos planos de desenvolvimento regional sugere taxas reduzidas de absorção de mão-de-obra (Mahar, 1976, p. 67).

Em outras palavras, a indústria de fios de juta em Parintins atrelada ao setor têxtil se apresentava como um dos poucos meios de trabalho formal na Amazônia, o complexo industrial que seria instalado na cidade, apesar de moderno para a região, era considerado tradicional se comparado com os das regiões Sul e Sudeste.

²³ O aviar na Amazônia significa fornecer mercadorias a crédito. Ver mais em: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **A História Econômica da Amazônia de 1800 a 1920**. São Paulo: T.A Queiroz, 1980. p. 159.



Em contraste, Silva e Torres (2015) ao mencionarem o desenvolvimento regional proporcionado pela Fabriljuta, demonstram como a indústria de fiação era considerada moderna para os padrões da região na época que esteve em funcionamento.

Com seus processos internos e intersecções nacionais e internacionais, a dinâmica empresarial amazônica no período de 1937 a 1987 possibilitou o surgimento e expansão da cultura da juta e a consolidação de um robusto parque industrial capitalista voltado para a fiação e tecelagem dessa fibra na Amazônia, caracterizando esse conjunto de atividades como sendo a primeira agroindústria ou agronegócio regional (Silva; Torres, 2015, p. 02).

A Fabriljuta foi uma companhia de tecelagem cuja implementação também está atrelada à articulação política e econômica, na qual o Estado do Amazonas e a cidade de Parintins estavam conectados pelo fato de que “a partir dos anos de 1960, a região amazônica passa pelos estudos dos grandes projetos desenvolvimento nacional, no qual o interesse do capital nesse território se entrelaça com os interesses da classe dominante regional” (Silva, 2018, p. 13).

Sobre o interesse do capital que entrava na Amazônia e os grupos dominantes locais, Silva e Torres (2015, p. 03) assinalam quem direcionava a economia da juta, caracterizando que esses agentes “também faziam parte dessa cadeia produtiva comerciantes, aviadores (financiadores), agentes bancários e burocratas das instituições governamentais, além das elites empresariais dos Estados do Amazonas e Pará”, que se organizavam por meio de exposições de projetos de desenvolvimentos e ações políticas que beneficiassem sua região.

Entre os sujeitos responsáveis pela iniciativa de implantação de uma fábrica de fios de juta em Parintins temos o Senador José Esteves.

A FABRILJUTA está instalando em Parintins, no meu Estado, uma fábrica de Fiação e Tecelagem, para cuja realização contou com o decidido apoio financeiro do BNDE, que concedeu-lhe um financiamento a longo prazo de Cr\$ 1.020.000.000 (um bilhão e vinte milhões de cruzeiros antigos) e mais o aval prestado por aquele Banco do financiamento estrangeiro, decorrente da compra na Inglaterra do equipamento têxtil, no valor de £ 474.000 (quatrocentas e setenta e quatro mil libras esterlinas); vem contando com a confiança dos investidores, que, através de recursos de incentivos fiscais, subscreveram ações da referida empresa; vem contando com o apoio da SUDAM, onde só tem encontrado boa vontade e o desejo de ajudar aquele empreendimento (Esteves, 1978, p. 281).

Assim, a manifestação do senador José Esteves acerca da fundação da Fabriljuta exalta a relevância do empreendimento, identificando ações políticas do membro do senado para viabilizar a Fabriljuta como uma indústria estratégica para a economia do Amazonas, defendendo os interesses da empresa no Congresso Nacional.



De acordo com Saunier (2003, p. 177), mais de 800 operários chegaram a trabalhar na Fabriljuta no início de sua instalação, com maquinários importados da Irlanda, cujo foco da produção era atender os mercados da América do Sul. O número de trabalhadores não tem embasamento, sendo apenas uma especulação do autor perante a análise conjectural da fábrica.

Em contraste com o autor citado acima, Souza (2013) destaca o ano que a fábrica começou a funcionar, apontado um número mais amplo de trabalhadores que atuaram dentro dela. De acordo com ela, foi na década 1970 que a produção de juta e a malva seriam ampliadas, este período é considerado o auge da economia na cidade, com a instalação e funcionamento da Fabriljuta. De acordo com autora, a companhia empregou mais de 1.000 funcionários, além dos diversos armazéns de prensa espalhados pela cidade. O que nos leva a problematizar a importância da fábrica como a principal empreendimento que absorvia boa parte da mão de obra economicamente ativa da cidade na época.

No contexto local, o período da instalação da Fabriljuta é referenciado a partir da memória política da Câmara dos Vereadores nas décadas de 1960-1970, como evidencia o livro organizado por Butel *et al.* (2012), sobre a conjuntura política na qual a fábrica seria alojada em Parintins, destacando o momento econômico enfrentado pelos produtores da matéria prima.

[...] é durante a Quinta Legislatura que a Companhia Fabriljuta é instalada em nosso município. Neste período a produção sofreu uma crise com a desvalorização do preço do produto, assim como também os problemas naturais da produção que determinavam a qualidade do produto (Butel *et al.*, 2012, p. 40).

Em outras palavras, considerando a desvalorização da matéria prima e as condições ambientais, para os produtores de juta, a instalação da Fabriljuta se apresentaria como uma oportunidade de garantir a produção da fibra de juta na cidade. Prontamente, uma das preocupações dos representantes políticos da cidade durante a década de 1960 – como o senador José Esteves em âmbito nacional, e o vereador Gláucio Gonçalves na política local – era garantir que os produtores teriam assistência por parte de bancos e do Governo Federal para continuar o desenvolvimento, sendo a cultura da juta uma das suas principais atividades econômicas que necessitava de financiamento externo para sobreviver (Butel *et al.*, 2012).

Nesse sentido, a fábrica se apresentaria como uma garantia de mercado dos fios de juta, enquanto ela estivesse funcionando. Mediante a esses acontecimentos, a



Fabriljuta seria a base que sustentaria a produção da juta até seu fechamento no início de 1980. Segundo Batista (2007), as articulações políticas regionais garantiram que o fluxo de capitais organizado pelo Governo Federal pudesse ser redirecionado para a região Amazônica a partir de determinações legais.

Castelo Branco, aprovou o regulamento geral do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Graças a esses instrumentos legais, obtidos através do trabalho esclarecido de líderes regionais, foi possível atrair para área do SUDAM muitos recursos a que se juntaram outros, de origem orçamentária, que vêm sendo aplicados, desde então, em programas de infraestrutura e empreendimentos industriais, pecuária e em pesquisa (Batista, 2007, p. 280-281).

A partir do decreto apresentado fica mais evidente que a produção e a indústria de fios de juta dependiam dos estímulos para se manter, já que era necessário garantir o interesse do capital. A Companhia de Juta Parintins - Fabriljuta não conseguiria sobreviver para além da década de 1980, mas sua implantação representou para a cidade sua primeira experiência fabril. Seu estabelecimento e funcionamento esteve atrelado a economia da juta na qual as políticas regionais e locais se esforçaram para mantê-la enquanto o mercado nacional e internacional tivesse interesse nos produtos manufaturados derivados da juta.

A Fabriljuta seria responsável por produzir o produto final da juta, que eram as sacarias e tapetes, sendo responsável por mais de 1/3 das exportações do Estado Amazonas (Schor; Marinho, 2013, p. 242). Parintins como grande produtora de juta tinha a seu favor os projetos de desenvolvimento para Amazônia e políticos de renome, como José Esteves, que faziam *lobby* para que Fabriljuta pudesse ser direcionada para Parintins. Isso garantiu que a fábrica ganhasse importância no cenário nacional, regional e local.

Considerações finais

O nome da Fabriljuta virou sinônimo de monumento histórico para a cidade de Parintins, como uma referência ao auge da cultura da juta, entretanto, ainda há lacunas a respeito do seu processo de instalação e a escolha de Parintins para ser a sede desse empreendimento. A fábrica foi apresentada como grande expoente de um período de transformação econômica para a cidade e para o estado do Amazonas proporcionada pelo senador José Esteves (1978) em sua audiência na assembleia nacional. Como evidenciado, as articulações políticas se mostraram um fator decisivo para a escolha de Parintins, por ser uma cidade localizada na região amazônica, pôde se beneficiar das



políticas de integração e desenvolvimento que tinham como objetivo explorar os recursos considerados rentáveis.

O intuito foi analisar o contexto sócio-histórico que envolveu a economia da juta e suas variáveis, o que possibilitou a implementação de uma indústria de tecelagem na cidade de Parintins. A proposta do plano de valorização econômica para a Amazônia se mostrou audaciosa, já que tinha como objetivo incrementar a produção nos mais diversos setores econômicos. O reflexo dessa fábrica têxtil abrangeria uma nova relação social e econômica dentro da cidade de Parintins.

Com suas múltiplas atividades agrícolas, comerciais e industriais, a cadeia produtiva da juta proporcionou emprego e renda para cerca de 50 mil famílias nos Estados do Pará e Amazonas durante um período de aproximadamente 50 anos (1937-1987). Especialmente em relação ao Amazonas, foi nesse período que a então combatida economia do Estado se reestruturou, dando oportunidade para que os trabalhadores amazonenses se inserissem em um processo produtivo capitalista moderno, de escala industrial, baseado na transformação da fibra em um produto amplamente consumido pela indústria cafeeira do Sudeste brasileiro, a sacaria de juta (Silva; Torres, 2015, p. 10).

Ou seja, a fábrica alarga-se como uma possível referência para o processo de mudança nas rotinas e nos comportamentos, que impactaria também na estrutura familiar da população local. Torna-se evidente que os aparelhos estatais que gerenciavam os capitais que circulavam na Amazônia durante os anos de 1960 a 1970, junto às articulações políticas, tiveram um papel fundamental para que a Fabriljuta pudesse se instalar e se manter por mais de duas décadas na cidade de Parintins.

O que coloca um contraponto em relação a sua permanência, já que outras indústrias de tecelagem de fio de juta, tendo como exemplo o da cidade de Castanhal no Pará, permaneceu em funcionamento mesmo após o declínio da economia da juta, como apontado por Souza (2013), enquanto Parintins teve a sua única fábrica fechada em meados de 1980. O que nos leva a outra questão a ser aprofundada, sobre o porquê o mesmo capital e grupo político que insistiu em instalar e manter a Fabriljuta perderia o interesse em manter a companhia na cidade de Parintins.

Devido a limitação desse ensaio não foi possível aprofundar em todas as problemáticas sobre a atuação e a real importância da Fabriljuta para a economia do Amazonas, tornando apenas um recorte de uma pesquisa mais ampla que envolverá não só a fábrica, mas o seu centro nervoso que foi sua linha de produção e os trabalhadores que atuaram dentro dela, buscando problematizar os efeitos que uma indústria de tecelagem causaria na população de Parintins.



Data de submissão: 09/10/2023

Data de aceite: 28/12/2023

Referências

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia**: análise do processo de desenvolvimento. 2ª ed. Manaus: Editora Valer, Edua e Inpa, 2007.

BENCHIMOL, Samuel. **Amazônia**: Formação Social e Cultural. 3. ed. Manaus: Editora Valer, 2009.

BUTEL, Irian; BUTEL, Larisse; CURSINO, Jucielle. **História e Memória Política do Município de Parintins**. Volume II: 1964 a 1976. Parintins: Câmara Municipal de Parintins, 2012.

ESTEVES, José. **A vida pública do senador José Esteves**: 1960 a 1974. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1978. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/512853>. Acesso: 27 jul. 2023.

ESTEVES, Norma Jeane. **Fabriljuta de Parintins**: numa perspectiva de gênero e trabalho. In: III Congresso Pan-Amazônico de História Oral – IX Encontro Regional Norte de História Oral – VIII Semana de História do CESP/UEA. **Anais [...]**, Parintins; 2015, p. 01-13. Disponível em: https://www.norte2015.historiaoral.org.br/resources/anais/12/1444934801_ARQUIVO_FabriljutaPar.pdf. Acesso em: 20 jun. 2023.

FARIAS, Ana Beatriz Rodrigues. **Vivências de operários do setor Jutículo na cidade de Parintins-AM na década de 60**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) - Parintins, Universidade do Estado do Amazonas, 2010.

FERREIRA, Aldenor da Silva. **Fios dourados dos trópicos**: culturas, histórias, singularidades e possibilidades (juta e malva - Brasil e Índia). Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **A imigração japonesa na Amazônia**: sua contribuição ao desenvolvimento agrícola. 2. ed. Brasília, DF: Embrapa, 2016.

HOMMA, Alfredo Kingo Oyama. **Os japoneses na Amazônia e sua contribuição ao desenvolvimento agrícola**. Somanlu, ano 9, n. 1, jan./jun, 2009. P. 113-133.

Jornal do Comércio do Amazonas. Manaus, quarta-feira 7 setembros de 1966. p. 5. Edição 19190. Disponível em: <http://www.memoria.bn.br>. Acesso: 28 de out. 2023.

LIBONATI, Virgilio Ferreira. **A juta na Amazônia**. Boletim Técnico. IAN, Belém, PA, n. 34, 1958, p. 09-13.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento da Amazônia**: uma análise das políticas governamentais – Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978, p. 259 – Relatório de Pesquisa 39.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira**: A degradação do Outro nos confins do humano – São Paulo: Contexto, 2009.



PINTO, Enesto Renan Freitas. **Os Trabalhadores da Juta**: estudo sobre a constituição da produção mercantil simples no médio Solimões. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1982.

PIZARRO, Ana. **Amazônia**: as vozes do rio: imaginário e modernização. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

SANTOS, Andreia Brasil; MACHADO, José Alberto; SERAFICO, Marcelo. Formação Socioeconômica do Estado do Amazonas. *In*: CASTRO, Edna Maria Ramos de; CAMPOS, Índio (org). **Formação socioeconômica da Amazônia**. Belém: NEA/UFA, 2015.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. **História Econômica da Amazônia**: 1800-1920. São Paulo: T.A Queiroz, 1980.

SAUNIER, Tonzinho. **Parintins**: Memória dos Acontecimentos históricos. Manaus: Editora Valer/ Governo do Estado do Amazonas, 2003

SCHOR, Tatiana; MARINHO, Thiago Pimentel. **Ciclos econômicos e periodização da rede urbana no Amazonas - Brasil**: as cidades Parintins e Itacoatiara de 1655 a 2010. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n.56, p.229-258, jun. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2316-901X.v0i56p229-258>.

SILVA, Denison Silva; TORRES, Iraíldes Caldas. **Memória operária**: A Fabriljuta de Parintins vista a partir da história oral. *In*: **Anais do III Congresso Pan-Amazônico de História Oral – IX Encontro Regional Norte de História Oral – VIII Semana de História do CESP/UEA**. Parintins; Universidade do Estado do Amazonas, 2015, p. 01-13. Disponível em: <http://www.norte2015.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares>.

SILVA, Denison. **Trabalhadores da Juta na Amazônia**: Trajetória de luta, suor e sofrimento. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia. Manaus, Universidade Federal do Amazonas, 2018.

SOUZA, Narda Margareth Carvalho Gomes. **A trajetória da Companhia Têxtil de Castanhal: a mais pura fibra da Amazônia**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Universidade Federal do Pará, Belém, 2008.

SOUZA, Nilciana Dinely de. **O processo de urbanização da cidade de Parintins (AM): evolução e transformação**: Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2013.

WITIKOSKI, Antonio Carlos (Org.). A cultura da juta e/ou malva na Amazônia: Sementes de uma nova racionalidade ambiental?. *In*: WITIKOSKI, Antonio Carlos. **A cultura da juta e malva na Amazônia**: Sementes de uma nova racionalidade ambiental?. São Paulo: Annablume, 2010.